

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, "Castelo de S. Jorge e Paço da Alcáçova" in *Lisboa em Azulejo Antes do Terramoto de 1755*, Lisboa, Instituto de História da Arte / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, 2017 [online].

< <http://lisboaemazulejo.fcsh.unl.pt/index.php/monuments/c/castelo-de-s-jorge-e-paco-da-alcacova> >

LISBOA EM AZULEJO
antes do terramoto de 1755
PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO | PTDC/EAT-EAT/099160/2008



Castelo de S. Jorge e Paço da Alcáçova

Vestígios arqueológicos recentes permitem fazer remontar a pelo menos o séc. VI a.C. a ocupação humana do morro onde actualmente se situa o conjunto fortificado associado ao Castelo de São Jorge. Uma primeira estrutura fortificada poderá ter sido erigida aí ainda durante a Idade do Ferro, num local que dominava o estuário do rio Tejo e por onde passaram fenícios, gregos e cartagineses. Durante as campanhas romanas foi erigida por volta de 138 a.C. pelo cônsul Décimo Júnio Bruto uma nova fortificação, um *castellum*, provavelmente melhorado aquando da elevação a município da *Felicitas Iulia Olisipo* romana. Após sucessivamente tomada por suevos e visigodos durante as invasões bárbaras, que certamente terão deixado também o seu cunho no conjunto fortificado, em 714 a cidade caiu sob domínio muçulmano, tendo as fortificações sofrido uma reformulação substancial: foi edificado um *qas'r* (alcácer, palácio fortificado), que seria rodeado pela *qas'bah* (alcáçova, cidadela fortificada que albergava o poder administrativo, militar e religioso); a implantação destas estruturas corresponderia actualmente, grosso modo, ao castelo e ao Bairro do Castelo. A *Ushbuna* islâmica foi esporadicamente tomada por curtos períodos pelos reis cristãos Afonso II das Astúrias, Ordonho III de Leão e Afonso VI de Leão e Castela, regressando no entanto sempre ao domínio muçulmano que tratou de melhorar a fortificação para fazer frente aos avanços da Reconquista Cristã.

Quando em 1147 D. Afonso Henriques, primeiro rei português, conquistou definitivamente a cidade – após uma primeira tentativa em 1142, sem sucesso devido às suas fortes defesas –, a eficácia do sistema defensivo apenas foi ultrapassada devido à tenaz persistência dos sitiados portugueses e cruzados nórdicos e das suas máquinas de guerra; conta a tradição popular que a resistência do último reduto muçulmano apenas foi vencida após o heróico sacrifício do lendário Martins Moniz, que morreu entalado numa das portas da fortificação para impedir o seu fecho. Para obstar ao perigo muçulmano, o castelo terá sofrido novamente melhorias no período subsequente, a que se somaram obras de remodelação e ampliação do palácio muçulmano para instalação do paço real, sobretudo após Lisboa se tornar a capital portuguesa em 1255, no reinado de D. Afonso III. Tanto o castelo como o paço real (Paço da Alcáçova) foram sofrendo ao longo dos tempos obras de reparação ou melhoramento de maior ou menor envergadura, especialmente nos reinados de D. Dinis (reformas góticas de finais do séc. XIII e início do séc. XIV) e de D. Fernando (guerras com Castela da segunda metade do

séc. XIV). É no rescaldo da crise dinástica de 1383-85, de que resulta a nova dinastia iniciada por D. João I, que o castelo adquire o nome de São Jorge, o seu padroeiro.

Apesar das obras realizadas por D. Manuel I no Paço da Alcáçova, o qual serviu ainda de palco a importantes eventos históricos – a recepção solene a Vasco da Gama após o seu regresso da Índia em 1503, ou a encenação do *Auto da Visitação* ou *Monólogo do Vaqueiro* de Gil Vicente em 1502, geralmente considerado o início do teatro português –, a mudança da residência régia para o Paço da Ribeira, junto ao rio Tejo, marcou indubitavelmente o declínio do conjunto fortificado, isto não obstante D. Sebastião ter realizado na década de 1570 obras de reparação para aí residir. Sob a dominação espanhola da dinastia filipina a partir de 1580, o castelo passou a albergar uma prisão e um quartel militar, isto além do arquivo real que havia sido instalado ainda no tempo de D. Fernando numa das torres que ligaria o castelo ao paço real (a Torre do Tombo, antes chamada Torre do Haver por guardar o tesouro real); mais tarde, a restauração da independência portuguesa em 1640 motivou algumas obras de reparação do complexo fortificado. A representação do conjunto fortificado presente no painel de azulejo de c.1700 seria a desta época, podendo vislumbrar-se em primeiro plano sobre o morro a esplanada militar, sobre a qual se situava o Paço da Alcáçova composto de forma orgânica por vários volumes de entre um e três pisos, e por detrás à esquerda ficaria o Castelo de São Jorge (que provavelmente partilhava duas das suas torres com o antigo paço real), a partir do qual desceria um troço da muralha fernandina, também este visível; a representação aparentemente não parece ilustrar o Bairro do Castelo – a menos que as edificações mais à direita não pertençam ao Paço da Alcáçova.

Ao contrário de terramotos anteriores (1290, 1344, 1356, 1531, 1551, 1597 e 1699) que acarretaram danos recuperáveis, o terramoto de 1755 provocou avultados estragos no castelo – entre os quais o desmoronamento da Torre do Tombo – e a ruína irreparável do antigo paço real. No lugar deste foi construído um complexo destinado a uma guarnição militar e respectivos serviços, e depois da extinção da alcaidaria-mor de Lisboa em 1769, instalam-se no castelo diversos serviços, como o Observatório Astronómico e Geodésico numa das torres (a Torre do Observatório, antiga Torre de Menagem) em 1769, e a Casa Pia de Correção da Corte entre 1780 e 1807, ano em que Jean-Andoche Junot aí instalou o seu comando militar durante as invasões napoleónicas, o que motivou novamente uma ocupação militar posterior que iria durar até 1938, apesar da sua desclassificação em 1897 como praça de guerra e da classificação como Monumento Nacional em 1910.

Não obstante a apresentação de propostas para a reabilitação do conjunto fortificado em 1906, 1908 e 1922 (desobstrução e reconstituição do castelo associado à construção de novas edificações revivalistas acasteladas destinadas a hotelaria, restauração, cultura e lazer no lugar do antigo paço real), somente a partir de 1938, no contexto das celebrações do *Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal* (1940) sob os auspícios do regime ditatorial do Estado Novo, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais executou um ambicioso plano de reintegração, que procuraria resgatar a sua pretensa imagem medieval dominando a cidade como uma “verdadeira Acrópole da Nação”. Amplas demolições de edifícios considerados excrescências possibilitaram a desobstrução visual do castelo, reconstituindo-se o coroamento de ameias e reconstruindo-se parcialmente algumas torres e muralhas; a recomposição da sua envolvente, com operações de ajardinamento estruturando um espaço verde, aconteceram a partir das celebrações do *Oitavo Centenário da Tomada de Lisboa* (1947); o resultado destas operações foi o castelo monumentalizado mas vazio de funções, rodeado de jardins pitorescos com vistas privilegiadas onde a vegetação se mesclava com estruturas vetustas e ruínas romantizadas.

Com o alvorecer do nosso século assiste-se à implementação de um programa de valorização e revitalização do Castelo de São Jorge e de alguns edifícios remanescentes do antigo paço real, introduzindo novas actividades de índole cultural e voltadas para o turismo: por exemplo, instalou-se na Torre de Ulisses uma câmara escura que, mediante um periscópio, permite ter uma visão panorâmica sobre Lisboa, recuperando um pouco do espírito medieval da torre como ponto privilegiado de observação, e no complexo remanescente do antigo Paço da Alcáçova (Salas Ogival, das Colunas e da Cisterna, bem como as antigas prisões) instalou-se o Olisipónia - Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa que, mediante o recurso a meios audiovisuais e outras tecnologias multimédia, transmite aos visitantes informações sobre a história de Lisboa.

O actual conjunto fortificado apresenta-se bastante diferente da representação observada no painel de azulejos, não obstante se ter mantido a generalidade do castelo que estava anteriormente ocultado por estruturas edificadas que se foram adicionando ao longo dos tempos: o castelo, situado no ponto mais alto da colina, possui planta irregular (embora aproximadamente quadrangular), encontrando-se interiormente dividido em duas praças de armas mediante uma muralha; dez torres de planta quadrada adossam-se exteriormente à muralha (destacam-se a Torre do Paço no canto sudoeste, a Torre de Ulisses no pano sul, a Torre de Menagem no canto sudeste, e a Torre da Cisterna no

canto nordeste) e uma na muralha interior, sendo todo o conjunto coroado com ameias e servido por adarves; na muralha norte abre-se a Porta da Traição e na muralha sul a porta principal que acede a dois pequenos pátios; enquanto a norte e poente uma escarpa protegia naturalmente o castelo, as defesas a nascente e sul foram reforçadas por uma barbacã, com duas portas antecedidas por um fosso; do antigo paço real restam as Salas Ogival, das Colunas e da Cisterna (de feição gótica), a Casa dos Leões, os restos da Capela de Santa Bárbara (ou de São Miguel) e algumas ruínas musealizadas, para além da esplanada.

Joaquim Rodrigues dos Santos

Bibliografia:

ARAÚJO, Norberto Moreira de, "Castelo de S. Jorge" in *Inventário de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, fasc. I, pp.9-22

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, "Castelo de S. Jorge" in *Boletim da DGEMN*, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1941, nr.25-26

CARVALHO, Ana Rita, "Monumentos com História Militar: Castelo de S. Jorge" in *Jornal do Exército*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 2008, nr.575, p.4

SILVA, Augusto Vieira da, *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: Estudo Histórico-Descritivo*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1937

VIEIRA, Clara (coord.), *Reabilitação Urbana: Um Olhar Sobre o Castelo de São Jorge - Século VII a.C. Século XX*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, "«A Verdadeira Acrópole Sagrada de Lisboa e da Nação»: Sobre o Percurso de Readaptação, Reintegração e Reabilitação Patrimonial do Complexo Fortificado do Castelo de São Jorge" in RODRIGUES, José Delgado (ed.), *Actas do Simpósio 'De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza: Teoria e Prática do Restauro no Espaço Ibero-Americano'*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil - ARTIS | Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa, 2014, pp.31-38